



1.8 • Conjuntura internacional

CADA VEZ MENOS LIBERDADE RELIGIOSA NO MUNDO

Antônio Marujo

O MÊS DE NOVEMBRO DE 2018 FOI SIMBÓLICO, entre más e boas (poucas) notícias, do ponto de vista da liberdade religiosa: o Supremo Tribunal paquistanês absolveu a cristã Asia Bibi da (falsa) acusação de blasfêmia que lhe tinha sido imputada; para conter as manifestações contra a decisão, o Governo decretou a revisão da sentença e, finalmente, acabou por libertá-la, sem que o seu paradeiro fosse conhecido. No Egito, um novo atentado (e o mais grave no período de um ano) contra cristãos provocou pelo menos sete mortos e quase duas dezenas de feridos. Nas Filipinas, a freira católica Patricia Anne Fox, de 72 anos, foi expulsa do país, após 27 anos a defender os direitos humanos e as populações mais frágeis, acusada pelo próprio presidente filipino de liderar manifestações contra o seu Governo.

A estes três casos podem acrescentar-se as situações de países como a Síria, Iraque, Arábia Saudita, Índia, Paquistão, China, Coreia do Norte, Nigéria, Somália, Eritreia, Sudão e Sudão do Sul, Egito, República Centro-Africana... Cristãos (na maior parte dos casos), muçulmanos, hindus, budistas, judeus e outros são marginalizados ou perseguidos, em muitos lugares do mundo, consoante a geografia. Mesmo assim, esta lista é muito curta para mostrar a geografia das violações graves à liberdade religiosa, que crescem de forma grave e preocupante em todo o mundo.

De acordo com dados do Pew Research Center (PRC) divulgados em Junho de 2018, mas relativos a 2016, todos os elementos importantes convergem para confirmar o aumento das perseguições e violências com motivação religiosa:

- 28% dos países (55, entre os 198 analisados) têm “graves” ou “muito graves” restrições à liberdade religiosa – a taxa mais alta desde 2013 e apenas ultrapassada em 2012 (57 países, 29%);
- há cada vez mais casos de restrições (11% dos países) envolvendo partidos ou grupos com retórica nacionalista, usando-a contra as minorias religiosas;
- o número de países em que vários grupos religiosos foram perseguidos aumentou de cerca de uma centena (entre 2007 e 2014) para 144, em 2016;
- entre os 25 países mais populosos do mundo, os que apresentam mais níveis de restrições religiosas são Egito, Rússia, Índia, Indonésia e Turquia; a China tem as restrições governamentais mais graves (incluindo contra cristãos ou, no Tibete, contra budistas), enquanto a Índia regista os índices mais altos de hostilidade social envolvendo a religião.

Talvez o pior de todos os índices seja ficar-se a saber que mais de 75% da população mundial vive em áreas com severas restrições à liberdade

religiosa. E os cristãos (católicos, protestantes, evangélicos, coptas ou ortodoxos...) são cada vez mais os especialmente perseguidos.

Liberdade religiosa não é prioridade

O relatório Liberdade Religiosa no Mundo (LRM), da AIS (Ajuda à Igreja que Sofre, organização dependente da Santa Sé, que tem entre as suas prioridades o trabalho sobre a questão da liberdade religiosa), apresenta vários elementos que confirmam os dados do PRC. Publicado de dois em dois anos, o último relatório (correspondente a 2016-2018 e divulgado no final de Novembro) também não inclui razões para optimismo. Bem pelo contrário: dos 196 países analisados, 38 revelaram sinais de violações significativas da liberdade religiosa (o mesmo número do relatório anterior); desses, a situação deteriorou-se em 18 países (mais quatro do que em 2016); o agravamento foi mais notório na China e na Índia, mas na Coreia do Norte, Arábia Saudita, Iémen e Eritreia “a situação já era tão má que dificilmente poderá piorar”.

“

Talvez o pior de todos os índices seja ficar-se a saber que mais de 75% da população mundial vive em áreas com severas restrições à liberdade religiosa.

”

Episódios de limpeza étnica, igrejas ou outros templos queimados, bombas contra sítios onde há pessoas reunidas a rezar são apenas alguns dos muitos casos registados num documento que verifica ainda o crescimento do anti-semitismo e da islamofobia; ao invés, regista também o aumento do número de ataques extremistas, com motivação de ódio religioso, nos países ocidentais. E assinala o alargamento do nacionalismo agressivo, hostil às minorias religiosas e caracterizado pela “intimidação violenta e sistemática dos grupos religiosos minoritários”, muitas vezes instigada por um Estado que considera essas minorias “como estrangeiros desleais e uma ameaça”. No caso das minorias, o agravamento da intolerância traduziu-se no facto de, pela primeira vez, a Rússia e o Quirguistão terem sido colocados como países discriminatórios.

Nas conclusões, aponta-se a cada vez maior fragilidade da liberdade religiosa no mundo: ela não está entre as prioridades de defesa dos direitos humanos, tal como acontece com questões como

a etnia, o género ou a sexualidade; e não há sinais de que a indiferença perante estas situações esteja a desaparecer.

A maior parte dos governos ocidentais, por seu lado, falhou “em dar a assistência urgentemente necessária aos grupos religiosos minoritários, em especial às comunidades deslocadas que desejam regressar a casa”; o conflito entre muçulmanos sunitas (nomeadamente a Arábia Saudita) e xiitas (com o Irão à cabeça) “alimentou grupos extremistas”, como o Daesh; “o sucesso das campanhas militares contra o Daesh e outros grupos hiper-extremistas escondeu a propagação de movimentos islamitas militantes em regiões de África, do Médio Oriente e da Ásia”; e, finalmente, há também cada vez mais novas evidências sobre “a extensão do abuso sexual de mulheres por grupos e indivíduos extremistas em África, no Médio Oriente e em partes do subcontinente indiano”. Guerras, perseguições, nacionalismos...

Os exemplos aduzidos não se referem todos ao mesmo tipo de situação: no Médio Oriente, (Iémen, Síria, Iraque...), a guerra é o obstáculo essencial; em África, e em países como a Nigéria, Egito ou Somália, são os grupos extremistas que se reivindicam do Islão os que mais violam a liberdade de crença, através de ataques, sequestros ou violações; na República Centro-Africana ou no Sudão do Sul, os conflitos tribais estão entre as razões principais; a Eritreia tem neste momento um dos regimes mais duros contra os cristãos e muitos dos que chegam às costas da Líbia provêm desse país (e também da Somália e do Sudão); e a trágica e esquecida guerra civil do Congo tem provocado também inúmeros episódios de violência contra crentes.

Em outras latitudes, o caso da Venezuela destaca-se na América Latina, trazendo à tona casos de intimidação ou perseguição contra crentes, motivados sobretudo por razões políticas de oposição ao regime. No Myanmar (antiga Birmânia), a minoria rohingya, muçulmana, é perseguida também por causa da religião e já foi considerada pela ONU como uma das minorias mais perseguidas do mundo. Ainda na Ásia Oriental, além da Coreia do Norte e da China, a Índia constitui uma grave preocupação: o nacionalismo indiano, de matriz hindu, tem feito aumentar “drasticamente” o número de atentados (ataques violentos ou intimidações várias) contra as minorias. Os cristãos são as maiores vítimas, mas também há muçulmanos entre os perseguidos e violentados.

Só no ano de 2017 (em Março desse ano, o partido nacionalista hindu Bharatiya Janata teve uma vitória esmagadora nas eleições) houve pelo menos dez pessoas assassinadas por radi-

CONTRARIAR A LÓGICA DO ÓDIO

Muçulmanos e cristãos juntos a propor um patriarca católico para Nobel da Paz; um torneio de futebol para unir pessoas de diferentes credos no Paquistão; um centro de capacitação para jovens de diferentes credos, nas Filipinas; um bispo católico que, na catedral e em sua casa, na República Centro-Africana, acolhe muçulmanos para os salvar da perseguição de uma milícia cristã; líderes religiosos que, no mesmo país, se juntam para contrariar o tribalismo e a guerra civil; uma mulher colombiana que cria um Centro de Aproximação para a Reconciliação, depois de as guerrilhas do seu país lhe terem matado o pai, o marido, uma filha e um filho...

Apesar das perseguições de que são vítimas os crentes de diferentes religiões ou da violência inter-religiosa, há quem persista em contrariar a lógica do ódio. O exemplo de pastora Mira García, na Colômbia, é marcante neste sentido: apesar de ter visto o pai, o marido, uma filha e um filho serem assassinados pelas guerrilhas envolvidas na guerra civil do país, quis promover um centro para a reconciliação entre vítimas e assassinos, convencida de que a melhor forma de pacificar a sociedade é conhecer o que aconteceu, curar emoções e reintegrar todas as pessoas.

No Paquistão, apesar da violência contra cristãos, o padre católico Emmanuel Parvez promoveu, desde 2004, um torneio de futebol para pessoas de todas as religiões. A iniciativa foi crescendo de tal modo que, em 2016, participaram mais de 30 equipas das quatro províncias do país. “O nosso objectivo é criar uma atmosfera de paz e diálogo entre os jovens de vários credos e alimentar a fraternidade e a tolerância numa sociedade atormentada pelo terrorismo”, explicava o padre Parvez.

A República Centro-Africana, cenário de uma guerra civil de base étnico-religiosa, tem sido também palco de várias iniciativas de líderes muçulmanos e cristãos a pugnar pela paz. A tal ponto que o bispo de Bangassou, Juan José Aguire Muñoz, acolheu dois mil muçulmanos na missão católica e foi depois ameaçado de morte por milícias cristãs, que o acusavam de traidor.

cais hindus “justiceiros das vacas”. Como, no Hinduísmo, a vaca é sagrada e a Constituição do país a protege, têm aparecido grupos extremistas a atacar produtores de leite ou criadores de gado. Foi o que aconteceu com Pehlu Khan, em Abril de 2017, quando ele e os seus companheiros foram mandados parar por cerca de 200 “justiceiros”, no Rajastão. Na sequência do ataque, Khan apresentou queixa contra seis pessoas, mas todas as acusações foram retiradas. Ao contrário, 11 muçulmanos atacados com Khan foram detidos por infracções à lei da protecção da vaca e Pehlu Khan acabaria assassinado.

O Ocidente europeu não está imune a situações deste tipo: um dos casos referidos no relatório é o de Sarah Halimi, judia de 65 anos, que foi espancada e atirada da janela do seu apartamento, num terceiro andar do prédio onde vivia, em Paris. Dez meses depois, o tribunal considerou o ataque, perpetrado por um muçulmano, como homicídio agravado pelo factor do anti-semitismo. Na mesma altura, outra judia, sobrevivente do Holocausto – Mireille Knoll, de 85 anos –, foi repetidamente esfaqueada na sua casa por dois homens, que mais tarde queimaram o seu corpo. Com a maior população judaica da Europa Ocidental (465 000 pessoas), a França tem registado um aumento dos crimes de ódio anti-semita, o que levou a uma nova vaga de emigração de judeus para Israel.

“Arma de guerra” e “ferramenta poderosa”

A violência contra os coptas (nome dado aos cristãos egípcios) é um dos casos mais graves dos últimos anos, como mostra o atentado de Novembro de 2018, que quase repetiu o massacre de Maio de 2017, quando um grupo islamita matou a tiro 20 coptas, incluindo crianças. Estes tinham ido em peregrinação ao Mosteiro de S. Samuel, o *Confessor*, em Maghagha (província de Minya), quando foram mandados parar por uns 15 homens armados e mascarados, que queriam que eles renunciassem à sua fé.

Mina Habib, de 10 anos, contou como viu matar o seu pai e outras pessoas: “Eles pediram a identificação ao meu pai e depois disseram-lhe para recitar a profissão de fé muçulmana. Ele recusou-se, dizendo que era cristão. Eles mataram-no a tiro e fizeram o mesmo com todos os outros que estavam connosco...”. Mina e o irmão foram poupados, sem perceberem porquê. O ataque foi reivindicado pelo Daesh, que também pode ter estado na origem da morte de 235 muçulmanos sufis, depois de uns 25 militantes terem feito explodir uma mesquita cheia de gente que rezava, na sexta-feira, 24 de Novembro de 2017, perto da costa do Sinai.

Os cristãos têm sido as vítimas principais da violência exercida sobre crentes na Nigéria, onde a violência sexual e a conversão forçada de mulheres é uma situação frequente (tal como na Síria, Iraque, Egipto ou Paquistão). A violação de mulheres tem sido cada vez mais referida como arma de guerra e é definida no relatório da LRM como “uma ferramenta poderosa quando um grupo tenta oprimir outro”. Diz o texto: “Muitos jihadistas violam mulheres não muçulmanas e forçam-nas a converter-se. A conversão forçada de uma mulher a outro grupo religioso significa que os seus filhos vão ser criados” no extremismo jihadista e que “a escravização sexual das mulheres pelo agressor também impede os nascimentos dentro do grupo religioso da mulher”.

Dois dos casos mais falados de situações deste tipo foram os das mulheres cristãs yazidis, do Iraque, e das meninas e mulheres raptadas pelo Boko Haram, na Nigéria – onde a situação mais grave foi a das 276 alunas da escola secundária pública na vila de Chibok (estado de Borno), em Abril de 2014. O relatório lembra a libertação de 182 raparigas, em diferentes ocasiões. Em Outubro de 2016, a UNICEF registava: “As raparigas relatam que foram sujeitas a violações – frequentemente sob a forma de ‘casamentos’ forçados –, espancamentos, intimidação e fome, durante o período em cativo. Muitas regressaram grávidas ou com bebés por terem sido violadas”... ■

Referências

<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/06/21/key-findings-on-the-global-rise-in-religious-restrictions/>
<http://religious-freedom-report.org/ptb/home-ptb/> (A versão online permite a leitura dos dados de cada país, ao mesmo tempo que apresenta a síntese das conclusões e nove casos de diferentes situações e dos seus contextos).